



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
TÓPICOS ESPECIAIS DA EDUCAÇÃO: POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES
EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Nível - Mestrado e Doutorado

Disciplina - Eletiva

Carga Horária: 30 horas

Nº de créditos: 02

Professores responsáveis - Marilene Ribeiro Resende, Ricardo Baratella e Thaísa Haber Faleiros.

Ementa

Análise crítica e contextualizada das políticas e legislação educacionais para a educação básica a partir da LDB/96, com ênfase nos processos sócio-históricos de formulação e implementação. Aborda a organização e o funcionamento da educação básica, níveis e modalidades; os planos nacional, estadual e municipais de educação; a Base Nacional Comum Curricular-BNCC; a reforma do ensino médio; a formação de professores para a educação básica.

Objetivos

Geral

Compreender políticas e legislações educacionais brasileiras para a educação básica, vigentes a partir de conhecimentos, que permitam a análise dos textos, das formas de implementação e dos resultados, numa perspectiva crítica.

Específicos

- 1) Estimular o aluno a analisar o contexto mais amplo e os aspectos micro contextuais das políticas e das legislações educacionais.
- 2) Compreender a relação entre a educação, Estado e sociedade contemporânea: influência do Neoliberalismo na educação pública.
- 3) Discutir e analisar as principais políticas regulatórias para a educação básica no Brasil: a Constituição Federal de 1988, a Lei 9.394/96, o Plano Nacional de Educação de 2014-2024.
- 4) Discutir e analisar legislações que regulam a educação básica - Lei nº 13.415/2017, a BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais, identificando avanços, limites e contradições.
- 5) Analisar as políticas e a legislação para a formação de professores da educação básica propostas no século XXI: textos, a implementação e resultados.

Conteúdo programático – Unidades temáticas

UNIDADE I

- 1 As políticas públicas educacionais no contexto da relação sociedade, Estado e educação no Brasil pós Constituição Federal de 1988.

- 1.1 Estado, sociedade e educação.
- 1.2 O contexto da legislação educacional para a educação básica a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 e da LDB/1996.
- 1.3 Políticas públicas educacionais brasileiras: fundamentos sociais, políticos e jurídicos.

UNIDADE II

- 2 Políticas regulatórias para a educação básica no Brasil.
- 2.1 Constituição Federal de 1988.
- 2.2 Lei 9.394/96.
- 2.3 Plano Nacional de Educação (2014-2024).
- 2.4 Parâmetros Curriculares Nacionais.
- 2.5 Lei nº 13.415/2017 do “Novo Ensino Médio”.
- 2.6 Base Nacional Comum Curricular - BNCC.
- 2.7 Currículo Referência de Minas Gerais.

UNIDADE III

- 3 Políticas públicas e legislação educacionais para a formação de professores da Educação Básica.
- 3.1 A formação de professores e o desenvolvimento profissional docente do professor da Educação Básica: conceituação, o previsto na LDB/96 e no PNE/ 2014-2024, o realizado até 2022.
- 3.2 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica-DCN/2015.
- 3.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da Educação Básica e a BCN (Formação) - 2019.
- 3.3.1 Antecedentes e justificativas.
- 3.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da Educação Básica e a BCN (Formação) - 2019.
- 3.3.2 Pressupostos e pontos fundamentais.
- 3.3.3 Desdobramentos, análises da comunidade acadêmica.
- 3.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Metodologia

A metodologia tem o aluno como protagonista e o professor como organizador do processo de ensino-aprendizagem, considerando leituras de autores que discutem as políticas públicas educacionais e as legislações propostas a partir da Constituição Federal de 1988, como também de pesquisadores que têm se dedicado à análise dessas políticas e legislações, nas primeiras décadas do século XXI, nas quais foram estabelecidas várias mudanças tanto na Educação Básica, como na formação de professores. Trata-se de uma metodologia participativa, colaborativa e problematizadora, oportunizando o desenvolvimento do aluno numa perspectiva emancipadora. Ao professor cabe organizar, acompanhar as atividades, promovendo a mediação entre o aluno e o conhecimento socialmente produzido, buscando articular práticas e vivências dos envolvidos com as discussões propostas. As aulas ocorrerão na modalidade híbrida com aulas presenciais, transmitidas *online* pela plataforma do *Google Meet*. As estratégias serão: leituras, seminários, exposição dialogada, atividades em grupo, estudo dirigido, videoaula e produção textual (artigo), dentre outras.

Avaliação

- 1 Participação nas atividades propostas: leituras, discussões, atividades e trabalhos em grupos, cumprimento dos prazos estipulados para entrega dos trabalhos (15,0 pontos).
- 2 Seminários (30,0 pontos).
- 3 Elaboração de um texto (artigo) envolvendo tema(s) abordado(s), de 10 (dez) a 15 (quinze) páginas (45,0 pontos).
- 4 Autoavaliação (10,0 pontos).

Diretrizes para a produção textual final

A produção textual final deverá tratar de temática concernente à disciplina e fazer uso de, no mínimo, 3 (três) textos utilizados como Bibliografia básica e 1 (um) texto recomendado em Bibliografia complementar.

Um dos objetivos da atividade é que contribua para o aprofundamento teórico do projeto de pesquisa em desenvolvimento pelo pós-graduando.

Espera-se que as seguintes normas gerais sejam atendidas:

- a) O texto deverá utilizar a fonte Times New Roman, tamanho 12 (exceto citações diretas e notas de rodapé), com espaçamento de 1,5 entre linhas, sem espaçamento entre parágrafos e alinhamento justificado. O formato do papel deverá ser A4, com margens superior/esquerda: 3 cm, inferior/direita: 2 cm.
- b) O texto deverá ter a extensão de 10 (dez) a 15 (quinze) páginas, não incluídos elementos pré-textuais opcionais (capa) e referências.
- c) Na primeira página deverá constar: título do manuscrito (centralizado); nome do aluno (alinhado à direita); resumo com aproximadamente 100 vocábulos e formatado em espaço simples; palavras-chave (de três a cinco).
- d) As referências bibliográficas e citações deverão seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- e) As produções deverão ser encaminhadas aos três docentes, por e-mail, até o dia 28/04/2023 (sexta-feira).

Na avaliação dos textos também será considerada a pontualidade da entrega.

- f) Em relação aos aspectos éticos inerentes ao trabalho acadêmico, pede-se especial atenção à questão da autoria intelectual do material conduzido para avaliação.

Conforme o Regulamento do **Programa de Pós-graduação em Educação** da Universidade de Uberaba, em seu Capítulo IV, Art. 36, o aproveitamento final na disciplina será expresso por um conceito, com a seguinte equivalência:

CONCEITO	PONTUAÇÃO
A - EXCELENTE	9,0 a 10,0 pontos.
B - BOM	7,0 a 8,9 pontos.
C - REGULAR	5,0 a 6,9 pontos.
D - INSUFICIENTE	0 a 4,9 pontos.

Cronograma das aulas

25 de janeiro de 2023 - Unidade I
26 de janeiro de 2023 - Unidades I e II
27 de janeiro de 2023 - Unidade II
30 de janeiro de 2023 - Unidades II e III
31 de janeiro de 2023 - Unidade III

Bibliografia básica

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE)/Regional Nordeste. TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. **Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**: ocultar, silenciar, inverter para o capital dominar. Salvador, 2019.

ARAÚJO, Denise Silva; BRZEZINSKI, Iria; SÁ, Helvécio Goulart Malta de. Políticas públicas para formação de professores: entre conquistas, retrocessos e resistências. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, n. jan/dez, 2020. DOI: 10.29286/rep.v29ijan/dez.9912. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9912>. Acesso em: 22 dez. 2022.

AZEVEDO, Janete. **A educação como política pública**. 3 ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 56. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/1256/869>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CE nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN12020.pdf?query=bncc%20ei%20ef. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 02/2019, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Lei Federal 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer - 3ª versão**. Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: http://www.aesufope.com.br/Parecer_DCNFCP_Versao_maio_2020.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 2/2015**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN22015.pdf?que ry=sistema%20municipal%20de%20ensino. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015a. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?que ry=resolu%5Cu00e7%5Cu00e3o. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2014d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro da. Formação de Professores na Base Nacional Comum Curricular. In: UCHOA, Antonio Marcos da Conceição; SENA, Ivania Paula de Freitas Souza. (orgs.). **Diálogos Críticos**, v.2: Reformas Educacionais: avanços, precarização da educação pública? Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. pp. 102-122.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hBsH9krxptsF3Fzc8vSLDzr/?lang=pt#>. Acesso em: 22 dez. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/12957>. Acesso em: 21 dez. 2022.

DUARTE, Clarice Seixas. A Educação como um direito fundamental de natureza social. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Sys3c3j8znnWkyMtNhstLtg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Cad. Pesqui.** [online]. 2014, vol.44, n.153, pp.648-669. ISSN 0100-1574. <https://doi.org/10.1590/198053142768>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/NkSxWKg6qDxsPwgvpMPz6cC/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2022.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SEE/MG - **Currículo Referência de Minas Gerais.** Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20do%20Ensino%20M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SEE/MG - **Resolução nº 4.789 de 30 de novembro de 2022.** Altera a Resolução SEE nº 4.777, de 13 de setembro 2022, que dispõe sobre as matrizes curriculares destinadas às turmas do 1º e 2º ano do Ensino Médio e às turmas do 1º, 2º e 3º período do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos com início em 2023 na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4798-22-r%20-%20public.%2001-12-22.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Bibliografia complementar

BALL, Stephen; GEWIRTZ, Sharon. Do modelo de gestão do “Bem-Estar-Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. **Políticas Educacionais: questões e dilemas.** São Paulo: Cortez, 2022.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 62, jul.-set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6dBCYcmPwf9BM447tNpYpgR/?lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 dez. 2022.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24 e240047 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWMp3zGw4ygSGNvbmN4p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 dez. 2022.

FORIGO, Marlus Vinicius. **Crise do estado de bem-estar social e neoliberalismo**. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/2018/upload/anais/MTkw.pdf?013300>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

VÍDEOS

COSTIN, Cláudia. Canal Futura. **O que é a Base Comum Curricular, BNCC, e qual sua importância?** YouTube, 17 mai. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vIDWfcShRKw>. Acesso em: 23 jan. 2023.

MIZNE, Denis. Canal Futura. **Quais os desafios para a implementação da BNCC?** YouTube, 21 mai. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=giB74ki6xUM>. Acesso em: 23 jan. 2023.